

Supremo Tribunal Federal
COORD. DE ANÁLISE DE JURISPRUDÊNCIA
D.J. 13.10.2006
EMENTÁRIO Nº 2 2 5 1 - 2

332

13/06/2006

PRIMEIRA TURMA

HABEAS CORPUS 87.163-1 MINAS GERAIS

RELATOR	: MIN. CARLOS BRITTO
PACIENTE(S)	: CÉLIO FARIA FERNANDES
IMPETRANTE(S)	: CÉLIO FARIA FERNANDES
ADVOGADO(A/S)	: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
COATOR(A/S) (ES)	: RELATOR DO RECURSO ESPECIAL Nº 716399 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

EMENTA: *HABEAS CORPUS*. DECISÃO MONOCRÁTICA DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA EM RECURSO ESPECIAL. ALEGAÇÃO DE OFENSA AO PRINCÍPIO DA COLEGIALIDADE.

Decisão singular que dá provimento ao recurso, alterando a classificação da conduta, a partir de um juízo de mérito da causa, viola o princípio da colegialidade, nos termos da Lei nº 8.038/90 e do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça.

Habeas corpus deferido.

A C Ó R D Ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros da Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal, sob a Presidência do Ministro Sepúlveda Pertence, na conformidade da ata do julgamento e das notas taquigráficas, por unanimidade de votos, em deferir o pedido de **habeas corpus**, nos termos do voto do Relator.

Brasília, 13 de junho de 2006.


CARLOS AYRES BRITTO -

RELATOR



13/06/2006

PRIMEIRA TURMA

HABEAS CORPUS 87.163-1 MINAS GERAIS

RELATOR : **MIN. CARLOS BRITTO**
PACIENTE(S) : CÉLIO FARIA FERNANDES
IMPETRANTE(S) : CÉLIO FARIA FERNANDES
ADVOGADO(A/S) : DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
COATOR(A/S) (ES) : RELATOR DO RECURSO ESPECIAL Nº 716399 DO
SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

R E L A T Ó R I O**O SENHOR MINISTRO CARLOS AYRES BRITTO (Relator)**

Trata-se de *habeas corpus*, impetrado contra decisão monocrática do Ministro Hélio Quaglia Barbosa, do Superior Tribunal de Justiça. Decisão assim ementada:

"RECURSO ESPECIAL. PENAL. TRÁFICO DE ENTORPECENTES. DESCLASSIFICAÇÃO: NECESSIDADE DE PROVA DO 'USO PRÓPRIO'. PRECEDENTES DESTES STJ. RECURSO PROVIDO."

2. Pois bem, o paciente sustenta que está a sofrer constrangimento ilegal, decorrente do *decisum* acima transcrito. Isso porque "analisando o caso, o Min. Hélio Quaglia Barbosa, em decisão monocrática, enfrentando expressamente o conjunto probatório, cassou o Acórdão prolatado pelo Tribunal de Justiça Mineiro, determinando a remessa dos autos ao tribunal a quo APENAS e TÃO-SOMENTE para a fixação da pena". Assim, afirma que "cabia ao STJ a tarefa de



substituir a decisão por outra, fazendo-o nos exatos termos do art. 381 do CPP, ou seja, fixando a pena, pois, também as decisões dos Tribunais devem ser completas, sob pena de nulidade, não podendo prescindir do dispositivo". Por essa razão, pontua que "a hipótese em discussão, no mínimo, causa um desconforto aos Desembargadores do Tribunal Estadual que, convencidos pela desclassificação, considerando que já analisaram toda a prova dos autos, passam a ter que exercer o encargo de fixar pena para um crime que não vislumbraram (...)". De outro lado, sustenta que "não há razões plausíveis para que o caso não tenha sido submetido à apreciação da Turma julgadora, limitando-se à manifestação de um único Ministro, realidade que (...) ofende visceralmente os fundamentos do duplo grau de jurisdição que, em sua essência, garante a reapreciação da matéria por órgão colegiado (...)". Diante disso, pede a concessão de medida liminar "para que o andamento da apelação (...) seja sobrestado (...) até a decisão de mérito no presente writ". Decisão de mérito que espera seja concessiva da ordem para se anular o decisorio do Superior Tribunal de Justiça, "determinando-se a remessa da apreciação do recurso especial aviado pelo Ministério Público ao órgão colegiado e, alternativamente, (...) determinando-se ao STJ a fixação da pena ao caso sub judice (...)".

3. Na sequência, prestadas as informações, a Ministra Ellen Gracie, nos termos do inciso I do art. 37 do RI/STF, deferiu a



liminar requestada e determinou a remessa dos autos à Procuradoria-Geral da República. Procuradoria que opinou pela concessão da ordem, em parecer da lavra do Prof. Cláudio Lemos Fonteles (fls. 106/108).

É o relatório.

CCGL/ggd

A handwritten signature in black ink, consisting of a large, stylized 'G' followed by a horizontal stroke.

13/06/2006

PRIMEIRA TURMA

HABEAS CORPUS 87.163-1 MINAS GERAISV O T O**O SENHOR MINISTRO CARLOS AYRES BRITTO (Relator)**

Conforme visto, a controvérsia jurídica a ser equacionada no presente writ consiste em saber se: a) a decisão do Superior Tribunal de Justiça ofendeu o princípio da colegialidade; b) ao cassar a decisão do Tribunal Estadual, deveria ou não a Corte Superior de Justiça fixar a reprimenda a ser cumprida pelo paciente.

6. Antes de tudo, cumpre esclarecer que o paciente foi denunciado como incurso nas sanções do caput do art. 12 da Lei n° 6.368/76, por haverem sido encontradas em seu poder "duas porções de maconha, pesando aproximadamente 12,93 (doze gramas e noventa e três centigramas), que destinava a comercialização, sem possuir, contudo, autorização legal" (fls. 17). A denúncia, no entanto, foi julgada parcialmente procedente para condenar o réu nas penas do art. 16 da mesma lei (uso próprio). Daí o inconformismo do Parquet estadual, que, requerendo a condenação nos moldes da peça acusatória, apelou ao Tribunal de Justiça de Minas Gerais. Tribunal que negou provimento, ao entendimento de que, "não restando comprovado que acusado exerce o comércio de drogas, correta é a sentença que desclassificou o crime tipificado no artigo 12 da Lei n° 6.368/76,



para o artigo 16 da referida Lei". Esse o motivo por que, o Ministério Público interpôs o Recurso Especial, cuja decisão é impugnada neste writ.

7. Feitos esses esclarecimentos, passo a analisar os temas da impetração. Ao fazê-lo, anoto que a primeira impressão acerca da *quaestio iuris*, externada na decisão que deferiu a liminar, se reforça nesse exame mais aprofundado do writ. É que a Lei n° 8.038/90 — instituidora de normas para os processos perante o Superior Tribunal de Justiça e o Supremo Tribunal Federal — só autoriza o julgamento monocrático de recurso quando este "haja perdido seu objeto" ou quando for "manifestamente intempestivo, incabível ou, improcedente ou ainda, que contrariar, nas questões predominantemente de direito, Súmula do respectivo Tribunal". No mesmo sentido é o Regimento Interno do STJ, no inciso XVIII do art. 34. Todavia, não é esse o caso dos autos, no qual o Relator deu provimento ao recurso para alterar a classificação da conduta, a partir de um juízo de mérito da causa. Veja-se:

"A questão, in casu, orbita em saber se a pequena quantidade de droga apreendida, associada a inexistência de provas de mercancia, sugerem a desclassificação da conduta denunciada nos termos da ementa do acórdão recorrido, de onde se extrai que 'inexistindo provas da traficância, impõem-se a



desclassificação para o crime do artigo 16, da Lei nº 6.368/76' (fl. 77).

Penso que não. A caracterização da forma privilegiada do tipo exige sua comprovação, afastando-se eventual presunção, máxime quando a conduta típica narrada na denúncia restou comprovada.

(...)

Pelo exposto, dou provimento ao presente recurso para afastar a necessidade de comprovação de finalidade específica para a caracterização do crime de tráfico, condenando o recorrido nos termos da denúncia, devendo os autos baixarem ao Tribunal a quo para fixação da pena."

8. Sigo adiante para dizer que, no tocante ao dever de fixar a pena, igualmente tem razão o impetrante. Isso porque a decisão do Superior Tribunal de Justiça não identificou nulidade no acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça mineiro. Pelo que, ao rescindir aquele julgado e pronunciar outro em sentido diverso, deveria a Corte Superior fixar o *quantum* da pena em que entendeu incurso o réu. É essa a lição de Ada Pellegrini Grinover, Antônio Magalhães Gomes Filho e Antônio Scarance Fernandes, *in verbis*:

"O juízo ad quem reúne de regra as funções rescisória e rescindente, de modo que no julgamento da apelação haverá substituição da sentença por outra, exceto nos casos de reconhecimento de nulidade em que há cassação da decisão recorrida." (GRINOVER, Ada



Pellegrini. Recursos no processo penal: teoria geral dos recursos, recursos em espécie, ações de impugnação, reclamação aos tribunais. 3ª ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2001, p. 113.)

9. Não destoou desse pensar o Ministério Público Federal, de cujo parecer pinço esta elucidativa passagem:

"(...) tendo o julgado em apelação expressamente confirmado a correção da sentença ao desclassificar a infração (...), se cassado, dito julgado, por reconhecer-se a realidade do tráfico de entorpecentes, e não do uso próprio, ao Colegiado Superior de cassação, no caso o próprio Superior Tribunal de Justiça, é que competiria a fixação da sanção reclusiva, e não a qualquer das instâncias inferiores, que só se legitimariam a nova decisão caso reconhecido equívoco na fixação da sanção, mas não na definição jurídica do fato."

10. Por tudo quanto posto, acolho o parecer da Procuradoria-Geral da República e concedo a ordem para cassar a decisão monocrática do Ministro Hélio Quaglia, devendo os autos retornarem ao Superior Tribunal de Justiça a fim de que se submeta o Recurso Especial nº 716.399 a julgamento colegiado.

CCGL/ggd



HABEAS CORPUS 87.163-1 MINAS GERAIS

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO - Senhor Presidente, não chego a potencializar o critério da especialidade para concluir pela não-aplicação, ao processo penal, do artigo 557 do Código de Processo Civil quanto à atuação do relator.

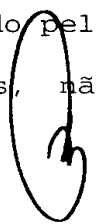
Admito que, mesmo no processo criminal, cabe decisão monocrática do relator fora das situações previstas no Regimento Interno e também na Lei nº 8.038/90. Mas, no caso concreto, constatamos que não existiria base no citado artigo 557 para a atuação individual, já que o preceito, relativamente ao provimento do próprio recurso especial interposto, pressupõe contrariedade, na formalização da decisão atacada, à jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça ou do Supremo.

Na espécie, temos situação ambígua, no que, a meu ver, de início, a substituição do consumo pela conclusão sobre o tráfico pressupõe o reexame dos elementos probatórios do processo.

Mas isso é coisa para o Colegiado do Superior Tribunal de Justiça verificar, mesmo porque o ministro Carlos Britto aponta que haveria uma tese de Direito e o entendimento de origem teria sido afastado pelo relator.

O SENHOR MINISTRO SEPÚLVEDA PERTENCE (PRESIDENTE) - Mal ou bem, o relator adotou uma tese de direito probatório, segundo a qual, a prova da destinação ao uso próprio é ônus do réu.

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO - Como salientado pelo subprocurador-geral da República Dr. Cláudio Lemos Fonteles, não



havia campo no caso, a meu ver, de início pelo menos, para atuação individual. Aliás, surge até uma incoerência: pegou-se carona, digamos assim, na alteração da Lei nº 8.038/90 e se transportou para o campo da legislação propriamente dita o que se continha no Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça e foi glosado pelo Supremo, no controle concentrado de constitucionalidade. Ou seja, a exigência de o recurso ser decidido considerada a maioria dos membros do colegiado, gerando, assim, o conflito: o colegiado, para decidir, há necessidade de três votos em certo sentido, mas o relator sozinho pode até mesmo prover o especial e afastar do cenário jurídico um acórdão do tribunal de origem.

O SENHOR MINISTRO SEPÚLVEDA PERTENCE (PRESIDENTE) - É verdade que toda atuação solitária do relator, conforme a nossa jurisprudência, para validar-se, pressupõe a existência de um recurso para o colegiado. O que não admitimos são decisões definitivas do relator.

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO - Aponto um conflito tendo em conta o sistema. Para o colegiado decidir, há a necessidade de três votos em certo sentido; já o relator sozinho pode - muito embora caiba depois o agravo para o colegiado - até mesmo reformar a decisão proferida pela corte de origem.

Acompanho Sua Excelência. Entendo que o caso requer a atuação do colegiado, não sendo aceitável a atividade desenvolvida pelo relator.

PRIMEIRA TURMA

EXTRATO DE ATA

HABEAS CORPUS 87.163-1

PROCED.: MINAS GERAIS

RELATOR : MIN. CARLOS BRITTO

PACTE.(S): CÉLIO FARIA FERNANDES

IMPTE.(S): CÉLIO FARIA FERNANDES

ADV.(A/S): DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO

COATOR(A/S)(ES): RELATOR DO RECURSO ESPECIAL Nº 716399 DO SUPERIOR
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Decisão: A Turma deferiu o pedido de **habeas corpus**, nos termos do voto do Relator. Unânime. Não participaram, justificadamente, deste julgamento os Ministros Cezar Peluso e Ricardo Lewandowski. 1ª. Turma, 13.06.2006.

Presidência do Ministro Sepúlveda Pertence. Presentes à Sessão os Ministros Marco Aurélio, Cezar Peluso e Carlos Britto. Ausente, justificadamente, o Ministro Ricardo Lewandowski.

Subprocurador-Geral da República, Dr. Rodrigo Janot.

Ricardo Dias Duarte
Coordenador

